

TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra)

Processo: 23066.054364/2021-83

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor preço

Número: Pregão Eletrônico 65/2021

Valor total estimado do serviço: R\$ 549.774,75 (Quinhentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)

Fonte de recursos: Tesouro e/ou próprios

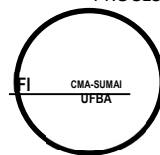
Data de Abertura: 23 de fevereiro de 2022

Horário: 10:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

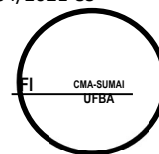
1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de desinsetização, desratização e descupinização nas dependências (áreas internas, externas, jardins e todas as caixas de passagem (esgotos e caixas pluviais) dos campi (capital, região metropolitana e interior do estado da Bahia) e Unidades Dispersas da Universidade Federal da Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:



SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANOS (DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO) NOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UND	CATSERV	SIPAC	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	DESINSETIZAÇÃO - Áreas internas e externas	Desinsetização das áreas internas e externas (de acordo com a necessidade): com gel (Sulfruramiada 1%) para controle das formigas e com gel (Hidrametilnona 2%) para controle das baratas; polvilhamento de Pó P.S. (Deltametrina) e pulverização de Líquido (Diclorvós e Cipermetrina): para controle dos insetos rasteiros e com FUMAÇÊ / FOG (Deltametrina diluído em óleo mineral), utilizando-se a técnica do atomizador UBV: para controle dos insetos rasteiros e voadores.	m²	3417	3978000 000016	523.595,00	0,35	183.258,25
1.2	DESRATIZAÇÃO	Desratização com iscas de blocos parafinados (<i>Difetialona</i>) e/ou <i>pelletes</i> , armazenados em armadilhas do tipo P.E.P. e/ou espículas de jardim para áreas internas e externas e desratização com pó de contato (Cumatetralil) para áreas externas.	m²	3417	3978000 000016	523.595,00	0,35	183.258,25
1.3	DESCUPINIZAÇÃO	Descupinização com inseticida (<i>Fipronil</i>) para as áreas externas e com inseticida (Imidacloprido) para as áreas internas.	m²	3417	3978000 000016	523.595,00	0,35	183.258,25
TOTAL GERAL DE ÁREA CONSIDERANDO A EXECUÇÃO INTEGRAL DOS SERVIÇOS (M²)						1.570.785,00	-----	-----
VALOR TOTAL GERAL (R\$)							549.774,75	



1.2. Não foi adotado o parcelamento do objeto, pelo fato de tal medida vir a comprometer significativamente a gestão do contrato e execução dos serviços;

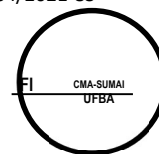
- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada;
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação visa atender as necessidades de controle integrado de vetores e pragas em áreas internas e externas das Unidades dos *campi* da UFBA, para preservação e integridade da saúde da Comunidade Universitária, em consonância com às orientações da Vigilância Sanitária.
- 2.2. A prestação do Serviço precisa ser de forma continuada, tendo em vista que o controle de pragas urbanas faz parte de ações preventivas e corretivas sobre o meio ambiente de trabalho e que sua interrupção pode gerar problemas significativos à integridade da saúde da comunidade acadêmica, visto que animais sinatrópicos são potenciais vetores de doenças.
- 2.3. A licitação também se faz necessária, pois o atual contrato não poderá ser mais renovado, por ter sido feito na modalidade de Sistema de Registro de Preços – SRP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de desinsetização, desratização e descupinização nas dependências (áreas internas, externas, jardins e todas as caixas de passagem (esgotos e caixas pluviais) dos campi (capital, região metropolitana e interior do estado da Bahia) e Unidades Dispersas da Universidade Federal da Bahia.



- 3.2. O controle de insetos terá como alvo os insetos rasteiros e voadores, tais como baratas, formigas, traças, pulgas, mosquitos, moscas, dentre outros porventura existentes nos locais relacionados nesse Termo de Referência e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas), tanto para extinção como para prevenção. O serviço de controle de roedores terá como alvo os *Rattus norvegicus* (rato de esgoto), *Rattus rattus* (rato de telhado ou rato caseiro) e o *Mus musculus* (camundongo) e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas) em que se denuncie a presença desse tipo de animal, por meio da instalação de dispositivos permanentes que acondicionam as iscas raticidas, fixados ao longo das dependências das unidades. O serviço de controle de cupins terá o objetivo preventivo de criar uma barreira protetora na área a ser tratada, para evitar a penetração desses insetos na madeira. Para proteger o madeiramento (principalmente dos forros) contra cupins de madeira seca, utilizar-se-á as seguintes técnicas: injeção, infiltração, pulverização, encharcamento e polvilhamento, sempre adequadas a cada situação. Quando possível, realizar-se-á a limpeza técnica para remover por completo ou parte da colônia infestante. A desinsetização e desratização terão uma periodicidade Trimestral, enquanto a descupinização terá periodicidade Semestral.

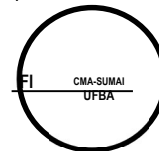
4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;



5.1.2. Os serviços serão de descupinização, desinsetização e desratização, todos qualificados como tratamento domissanitário e deverão ser realizados na parte interna e externa (até o limite de 10 - 20m de perímetro das áreas construídas), jardins e todas as caixas de passagem (esgotos e pluviais), eliminando-se todos os focos de infestação das unidades dos *campi* da Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador-BA, Vitória da Conquista, Camaçari, Oliveira dos Campinhos e São Gonçalo dos Campos.

5.1.3. A prestação do Serviço precisa ser de forma continuada, tendo em vista que o controle de pragas urbanas faz parte de ações preventivas e corretivas sobre o meio ambiente de trabalho e que sua interrupção pode gerar problemas significativos à integridade da saúde da comunidade acadêmica.

5.1.4. O prazo previsto para a vigência do contrato é de 12 (doze) meses, consecutivos a partir da assinatura do instrumento contratual ou da data de retirada da Nota de Empenho, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

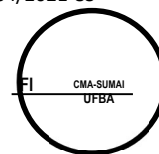
5.1.5. Quadro 1 – Soluções de mercado que atendem aos requisitos especificados

EMPRESA	SERVIÇOS
Inset Master	Desinsetização, desratização, descupinização, controle de aracnídeos (aranhas, carrapatos e escorpiões) e controle de carrapatos em hospitais, restaurantes, panificadoras, escritórios, instituições, residências, entre outros.
Sanear Saúde Ambiental	Desinsetização, desratização, descupinização.
Ângelo Freitas Saúde Ambiental	Desinsetização, desratização, descupinização, controle de escorpiões e pulgas.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração (**Anexo II**) de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto, obrigações da contratada e no edital como requisito previsto em lei especial, em observância ao art. 3º do Decreto n. 7.746/2012.



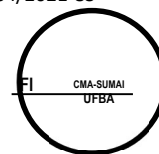
7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. Serão atendidas, anualmente, sempre que demandado, 98 unidades nos campi UFBA, correspondendo a aproximadamente **523.595,00 m² (quinhentos e vinte e três mil e quinhentos e noventa e cinco metros quadrados)** de áreas a serem tratadas. O quantitativo foi levantado a partir do cálculo da área interna e externa (poligonal de no máximo 20 m² do entorno da edificação) para cada prédio da Universidade.
- 7.1.2. A unidade de prestação de serviço será a área tratada em metros quadrados (m²), conforme descrição da tabela abaixo.
- 7.1.3. Fazem parte do objeto as seguintes unidades:

- IMÓVEIS DISPERSOS NA MALHA URBANA

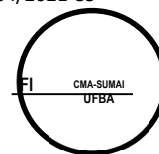
Nº	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA	ÁREA EXTERNA (m²)
			CONSTRUÍDA (m²)	
1	Faculdade de Medicina - Terreiro	Pç. 15 de Novembro, s/n - Pelourinho	11.166,00	2.069,00
2	Faculdade de Economia	Pç. 13 de Maio s/n - Piedade	4.956,00	-----
3	R3 – Residência Universitária	Av. Araujo Pinho, 12 - Canela	2.160,00	544,00
4	Coordenação Atendimento e de Registros Estudantis (antiga SGC)	Av. Araujo Pinho, 22 - Canela	768,00	442,00
5	R1 - Residência Universitária	Av. Sete de Setembro, 383	2.170,00	603,00
6	Escola de Teatro	Av. Araujo Pinho, 27	2.185,50	940,00
7	Aptº Ed. Carlos Gomes	Rua Carlos Gomes, 06,11º andar	90,54	-----
8	Escola de Belas Artes	Av. Araujo Pinho, 19	4.076,67	2.992,25
9	Museu de Arte Sacra	Rua do Sodré, 25	4.512,00	3.205,00
10	Ex-Livraria EDUFBA	Rua Augusto Viana, nº 37	228,00	-----
11	Casa 35 (Ex-CSOA)	Rua Augusto Viana, nº 35	120,00	-----
12	Casa 33 (Ex-CSOA)	Rua Augusto Viana, nº 33	105,00	-----
13	Projeto ISC_Economia Solidária	Rua Augusto Viana, nº 31	219,00	-----
14	Coordenação de Contratos e Convênios	Rua João das Botas, 29	148,00	-----
15	R2 - Residência Universitária	Pç. Rodrigues Lima, 2 A	497,00	277,50



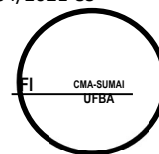
16	Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos (CCCONV)	Rua João das Botas, 27 e 27 A	242,00	71,48
17	Centro de Apoio Psico Social (CAPS II)	Rua Leovigildo Filgueiras, 69	517,00	558,13
18	Galeria Canizares	Av. Araujo Pinho, 15	857,00	550,02
19	PROAE/DCE/Ex-ASSUFBA	Rua Caetano Moura, 140	1.821,16	1.656,37
20	Pró-Reitoria de Pesquisa/Pós-Graduação	Rua Basilio da Gama, 06 e 08	715,00	344,00
21	Superintendência Acadêmica	Rua Augusto Viana, 40	662,00	59,07
22	Casa ELSA	Av. Araújo Pinho, 513	327,00	436,50
23	Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)	Pç. Inocência Galvão, 42, Centro	2.101,27	270,00
SUBTOTAL			40.644,14	15.018,32

- IMÓVEIS DO CAMPUS CANELA

Nº	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	ÁREA EXTERNA (m²)
24	Instituto de Ciência da Informação (ICI)	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n	1.376,00	1.571,00
25	Escola de Enfermagem	Rua Augusto Viana, s/n	5.066,00	1.220,00
26	Escola de Música	Rua Basilio da Gama, s/n	2.080,00	521,96
27	Instituto de Saúde Coletiva (ISC)	Rua Padre Feijó, s/n	2.614,58	536,00
28	Faculdade de Medicina (Canela)	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Canela	3.665,00	3.463,00
29	Faculdade de Odontologia	Av. Araujo Pinho, 62	9.225,00	1.117,00
30	Instituto de Ciências da Saúde	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n	10.695,00	3.893,00
31	Reitoria	Rua Augusto Viana, s/n	3.733,00	910,50

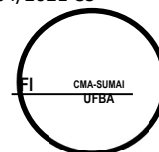


32	Biblioteca Universitária de Saúde	Rua Basilio da Gama, s/n	3.777,80	874,00
33	Memorial Lindemberg Cardoso - EMUS	Av. Araujo Pinho, 58	879,00	692,00
34	SMURB	Rua Padre Feijó, 41	2.042,06	-----
35	Faculdade de Direito	Rua da Paz, s/n	10.954,00	2.520,00
36	Biblioteca Orlando Gomes	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n	400,00	1.055,38
37	Escola de Administração	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n	6.209,00	2.774,50
38	Faculdade de Educação	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n	6.629,00	2.774,50
39	Faculdade de Ciências Contábeis	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n	3.316,86	923,73
40	Pavilhão de Aulas - PAC	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n	3.254,00	2.615,50
41	Ponto de Distribuição do Canela - PDCA	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n	487,87	243,94
42	Coordenação de Seleção, Orientação e Avaliação- CSOA	Rua Padre Feijó, 49	670,00	204,00
43	Clínica Escola de Fisioterapia (Casa 47)	Rua Padre Feijó, 312	223,00	190,90
44	Creche	Rua Padre Feijó, 57	747,81	994,00
45	Escola de Nutrição	Av. Araújo Pinho, 32 e 34	2.403,00	1.079,00
SUBTOTAL			80.447,98	30.174

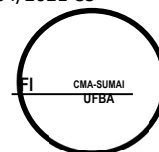


- UNIDADES DO CAMPUS ONDINA-FEDERAÇÃO

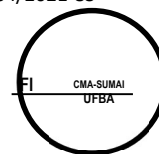
Nº	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	ÁREA EXTERNA (m²)
46	Escola Politécnica	Rua Aristides Novis, 02, São Lázaro.	30.242,76	6.359,36
	• Prédio Principal		20.196,00	2.373,16
	• Anexo I		7.953,36	914,45
	• Planta de Biodiesel		145,70	391,51
	• Laboratório de Biogás		292,60	712,14
	• Laboratório de Máquinas		687,00	653,7
	• Complexo de Laboratórios		530,00	391,94
	• Túnel de Vento		25,00	191,33
	• Laboratório de Válvulas		205,00	245,39
	• Laboratório de Resíduos Sólidos		154,40	211,22
	• Laboratório de Resíduos Sólidos		43,30	171,64
	• Laboratório de Resíduos Sólidos		9,90	102,88
47	Instituto de Biologia	Rua Barão de Jeremoabo, 147	16.634,21	3.199,75
	• Prédio Principal		9.473,76	1.379,21
	• Auditório		560,45	989,51
	• Anexo		6.600,00	831,03
48	Coordenação de Material e Patrimônio Coordenação Arquivos e Documentação	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	1.448,00	951,08
49	EDUFBA	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	740,00	1.096,71
50	TELEUFBA	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	142,45	534,73
51	Faculdade de Arquitetura/Anexo	Rua Caetano Moura, 121	9.831,52	9.305,00
52	Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia	Rua Caetano Moura, 121	717,00	796,76



53	Casa em frente a PROAE	Caetano Moura, 140	270,00	-----
54	PAF II	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	2.886,53	1.000,26
55	Biblioteca de Exatas - Omar Catunda	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	4.704,89	461,81
56	Galpão de Serviços da SUMAI	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	282,20	567,91
57	Instituto de Geociências / Anexo	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	16.672,36	2.577,22
58	LAPAG	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	953,27	-----
59	R 5 - Residência Universitária Estudante Frederico Perez	Av. Anita Garibaldi, 1207	4.226,31	1.442,75
60	Instituto de Física	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	5.668,00	3.086,38
61	Instituto de Química	Rua Barão de Jeremoabo, 147	7.166,00	2.891,00
62	Anexo Física/Química	Rua Barão de Jeremoabo, 147	5.241,80	965,74
63	Laboratório de Física Nuclear Aplicada	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	1.103,00	1.088,56
64	PAF VI	Rua Caetano Moura, 99	4.503,00	1.832,27
65	PAF I	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	7.459,00	1.213,52
66	Faculdade de Farmácia	Rua Barão de Jeremoabo, 147	6.216,50	1.723,91
67	Instituto de Matemática e Estatística.	Rua Barão de Jeremoabo, 147	4.508,61	1.046,24
68	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Rua Aristides Novis,	14.982,45	7.900,14
	• Prédio Principal (Casarão)		1.257,00	883,54
	• Pavilhão de Aulas de São Lázaro(PASL)		3.950,00	986,89
	• Centro Interdisciplinar de Estudos		1.145,36	632,50



	(CIEDS)	197, Federação		
	• Biblioteca Isaías Alves		1.332,40	723,56
	• Pavilhão de Aulas Raul Seixas		2.305,00	1.480,69
	• Instituto de Psicologia (FAEC)		799,90	683,85
	• Núcleo de Estudos I. da Mulher (NEIM)		401,80	429,00
	• Multifuncional 1		302,20	789,71
	• Multifuncional 2		453,00	540,4
	• Obra da Biblioteca da FFCH		2.945,79	750,00
69	Centro Criação de Animais em Laboratório (Biotério)	Rua Aristides Novis, 197, Federação	207,80	612,42
70	Ponto de Distribuição de São Lázaro	Rua Aristides Novis, 197, Federação	398,75	968,44
71	Vestiários/Sanitários CEEF	Rua Aristides Novis, 197, Federação	355,00	993,00
72	Superintendência de Tecnologia da Informação – STI	Av. Ademar de Barros, Ondina	2.295,00	910,60
73	Restaurante Universitário	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	1.713,00	3.300,63
74	Hospital Veterinário (HOSPMEV)	Av. Ademar de Barros, 500	3.473,00	2.187,67
75	Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia	Av. Ademar de Barros, 500	5.715,19	1.385,21
76	Faculdade de Comunicação	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	4.972,83	1.363,70
77	Instituto de Ciências da Informação (Obra do ICI)	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	1.269,00	711,55
78	PROEXT	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	250,17	912,56
79	Instituto de Letras / Anexo	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	8.557,96	3.581,00
80	Biblioteca Central	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	9.009,00	3.424,44
81	PAF III	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	4.838,95	2.409,00



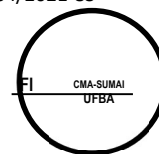
82	IHAC	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	10.131,17	1.500,00
83	Pavilhões Administrativos (Casas 1 a 7)	Av. Ademar de Barros, s/n, Ondina	3.905,00	4.209,00
84	Portaria 1 e 2	Av. Ademar de Barros, s/n, Ondina	278,1	1.558,44
85	PAF V	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	6.423,82	2.073,00
86	CIENAM I e II	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	5.000,00	2.454,00
87	Escola de Dança	Av. Ademar de Barros, s/n, Ondina	4.613,00	3.413,00
88	PAF IV	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	4.172,00	572,00
89	Obra da Escola de Música	Rua Barão de Jeremoabo, s/n	5.949,61	1.500,00
SUBTOTAL			230.128,21	90.081,00

- IMÓVEIS DO CAMPUS ANÍSIO TEIXEIRA (VITÓRIA DA CONQUISTA), DO INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CAMAÇARI) E DAS FAZENDAS EXPERIMENTAIS

Nº	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍ DA (m²)	ÁREA EXTERNA (m²)
90	Portaria	Rua Hormindo Barros, 58, Candeias Vitória da Conquista	202,00	10,00
91	Pavilhão Administrativo I	Rua Hormindo Barros, 58, Candeias Vitória da Conquista	6.452,08	2.677,29
92	Pavilhão de Laboratórios I	Rua Hormindo Barros, 58, Candeias Vitória da Conquista	3.649,46	3.847,00
93	Pavilhão de Aulas I	Rua Hormindo Barros, 58, Candeias Vitória da Conquista	4.284,60	3.847,00

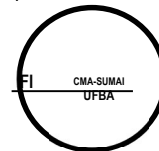


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



94	Serviço de Psicologia IMS	Av. Jonas Hortelino, 377, Recreio Vitória da Conquista	208,53	10,00
95	Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação	Rodovia BA-522, km-0, s/n, Pólo Petroquímico, Camaçari	3.381,30	2.870,61
96	Centro de Desenvolvimento da Pecuária	Rodovia BA-084, Oliveira dos Campinhos/ Santo Amaro-Ba	2.996,00	-----
97	Fazenda Experimental de Entre Rios	Entre Rios – Ba	1.749,00	-----
98	Fazenda Experimental de São Gonçalo dos Campos	São Gonçalo dos Campos - Ba	916,50	-----
SUBTOTAL			23.839,47	13.262,00

	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	ÁREA EXTERNA (m²)
TOTAL	375.060,00	148.535,32
TOTAL GERAL (m²)	523.595,00	



7.2. Os serviços serão de descupinização, desinsetização e desratização e todos qualificados como tratamento domissanitário e deverão ser realizados na parte interna e externa (até o limite de 20 m² de perímetro das áreas internas), jardins e todas as caixas de passagem (esgotos e pluviais) das unidades, eliminando-se todos os focos de infestação.

7.2.1. METODOLOGIA NO CONTROLE DE INSETOS

7.2.1.1. Esse processo de controle terá como alvo os insetos rasteiros e voadores tais como baratas, formigas, traças, pulgas, mosquitos, moscas etc., e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas), tanto para extinção como para prevenção.

7.2.1.2. O controle de insetos será realizado, utilizando-se os seguintes compostos e seus respectivos princípios ativos:

a) Aplicação de Gel (Sulfruramiada 1%): para controle das formigas nas áreas internas;

b) Aplicação de Gel (Hidrametilnona 2%): para controle das baratas nas áreas internas;

c) Polvilhamento de Pó P.S. (Deltametrina): para controle dos insetos rasteiros nas áreas externas;

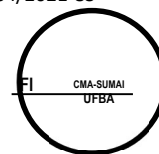
d) Pulverização de Líquido (Diclorvós e Cipermetrina): para controle dos insetos rasteiros que entram pelos ralos das áreas internas;

e) FUMAÇÊ / FOG (Deltametrina diluído em óleo mineral), utilizando-se a técnica do atomizador UBV: para controle dos insetos rasteiros e voadores das áreas internas e externas.

7.2.1.3. O inseticida gel deverá ser aplicado em locais onde não são recomendados os processos de pulverização e polvilhamento;

7.2.1.4. Deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (extermínio imediato) e poder residual (permanência no local tratado por um período de 90 dias).

7.2.2. METODOLOGIA DO CONTROLE DE ROEDORES



7.2.2.1. O serviço de controle de roedores terá como alvo os *Rattus norvegicus* (rato de esgoto), *Rattus rattus* (rato de telhado ou rato caseiro) e o *Mus musculus* (camundongo) e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas) em que se denuncie a presença desse tipo de animal.

7.2.2.2. O serviço será desenvolvido seguindo a metodologia abaixo:

- a) Inspeção dos locais atingidos pela praga;
- b) Identificação dos tipos de roedores;
- c) Seleção da melhor isca atrativa e da mais adequada armadilha;
- d) Instalação das iscas e armadilhas;
- e) Visitas periódicas durante a garantia do serviço (90 dias).
- f) Correção do serviço, caso necessário, durante a garantia (90 dias).

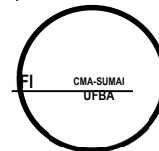
7.2.2.3. As iscas serão de Blocos Parafinados e/ou Pelletes contendo o princípio ativo Difetialona e devem ser armazenadas em armadilhas do tipo P.E.P. (Ponto de Envenenamento Permanente) e/ou Espículas de jardim, também, será utilizado pó de contato contendo Cumatetralil nas áreas externas.

7.2.2.4. O material a ser utilizado deverá possuir um poder fulminante e não permitir a putrefação dos ratos, para que, assim, não ocorra circulação de ratos envenenados, disseminação de mau cheiro ou entupimentos nas tubulações.

7.2.3. METODOLOGIA NO CONTROLE DE CUPINS

7.2.3.1. O serviço de controle de cupins terá o objetivo preventivo de criar uma barreira protetora na área a ser tratada, para evitar a penetração desses insetos na madeira.

7.2.3.2. Para proteger o madeiramento (principalmente dos forros) contra cupins de madeira seca, utilizar-se-á as seguintes técnicas: injeção, infiltração, pulverização, encharcamento e polvilhamento, sempre adequadas a cada situação. Quando possível, realizar-se-á a limpeza técnica para remover por completo ou parte da colônia infestante.



7.2.3.3. Os inseticidas para o controle de cupins devem possuir os seguintes princípios ativos: Fipronil (descupinização das áreas externas) e Imidacloprido (descupinização das áreas internas).

6.2.3.4. Para o controle dos cupins deverá ser garantido a assistência técnica por um período mínimo de um ano.

7.3. PERIODICIDADE DOS SERVIÇOS:

a) Desinsetização e desratização: Trimestral

b) Descupinização: Semestral

7.3.1. Os períodos entre as aplicações poderão ser alterados por conveniência da CONTRATANTE.

7.4. FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

7.4.1. Os serviços serão executados em datas e horários estipulados pela CONTRATANTE e informados quando da comunicação de que trata o item 7.4.2;

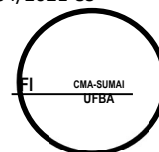
7.4.2. A Contratante comunicará oficialmente, à Contratada, a data de cada aplicação, com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis, contados da data agendada para realização dos serviços, observada a periodicidade estabelecida no item 7.4.1 acima;

7.4.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e habilitados, sob a supervisão direta de um responsável técnico, obedecendo rigorosamente aos procedimentos recomendados pelos fabricantes e às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes;

7.4.4. Os serviços executados serão tais que proporcionem e garantam perfeitas condições de segurança aos seres humanos;

7.4.5. Os empregados da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão obrigatoriamente utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) durante a manipulação e aplicação dos produtos.

7.4.6. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009;



7.5. A execução dos serviços será iniciada após a emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente a ser fornecido pela Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura da UFBA (SUMAI-UFBA).

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

8.1.1. O serviço será realizado sob solicitação da CONTRATANTE, num prazo máximo de 15 dias após requisição.

8.1.2. As unidades da UFBA onde o serviço será prestado estão localizadas na Capital, Salvador, e nos municípios de Vitória da Conquista, Camaçari, Oliveira dos Campinhos e São Gonçalo dos Campos, no Estado da Bahia, de acordo com os quantitativos listados na tabela do item 7.1.3.

8.1.3. Os serviços deverão ser executados nas unidades discriminadas em Ordem de Serviço no horário das 08:00h às 17:00h.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

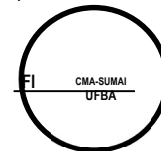
9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:



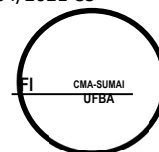
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



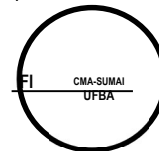
- 9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



- 10.2. Ter um responsável técnico, de nível superior ou de nível médio profissionalizante, com treinamento específico na área em que assumir a responsabilidade técnica, mantendo-se sempre atualizado e devidamente habilitado pelo respectivo conselho profissional, sendo responsável, diretamente, pela execução dos serviços; pela aquisição de produtos saneantes desinfestantes e equipamentos; pela orientação da forma correta da aplicação dos produtos, no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas urbanas; e por possíveis danos que possam vir a ocorrer à saúde e ao meio ambiente, conforme Resolução-RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009;
- 10.3. Realizar os serviços nos locais indicados pela Universidade Federal da Bahia;
- 10.4. A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:
- 10.4.1. Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF;
- 10.4.2. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009;
- 10.4.3. A CONTRATADA deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte;
- 10.4.4. - O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo distribuidor/fabricante/importador;
- 10.4.5. A CONTRATADA fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimentos por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;
- 10.4.6. Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da CONTRATADA, que deve guardar os comprovantes da referida destinação;



10.4.7. O estabelecimento que as receber deve fornecer, à CONTRATADA, documento comprobatório de recebimento das embalagens;

10.4.8. As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente;

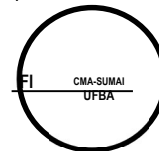
10.4.9. As embalagens vazias de produtos, que não apresentem solubilidade em água, não devem passar por tríple lavagem, devendo a CONTRATADA seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes;

10.4.10. A Contratada fornecerá mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços;

10.4.11. Os empregados da contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital;

10.4.12. A CONTRATADA deve fornecer, ao cliente, o comprovante de execução de serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Nome do cliente;
- II. Endereço do imóvel;
- III. Praga(s) alvo;
- IV. Data de execução dos serviços;
- V. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- VI. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VII. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VIII. Orientações pertinentes ao serviço executado;
- IX. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- X. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;
- XI. Identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA;



XII. Do Certificado de garantia deverá constar identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

10.4.13. A CONTRATADA deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença dada pelo órgão estadual/municipal competente;

10.4.14. Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas só terá validade se for emitida pela CONTRATADA, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias (ou órgãos semelhantes) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação da execução dos serviços;

10.4.15. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) e a IN n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.”

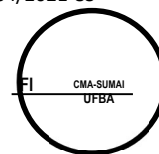
10.5. Impedir a exposição direta da comunidade universitária aos produtos aplicados;

10.6. Transportar/deslocar por sua conta e risco o pessoal, os materiais, equipamentos, veículos ou máquinas necessárias à execução dos respectivos serviços em veículos adequados;

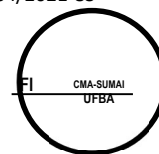
10.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

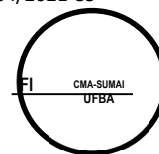
10.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



- 10.10. Todos os funcionários da CONTRATADA deverão estar em dia com os exames médicos periódicos obrigatórios determinados pela Legislação Trabalhista e pelas diretrizes ambientais.
- 10.11. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.18. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



- 10.20. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.28. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.28.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;



10.28.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação de parte ou todo do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

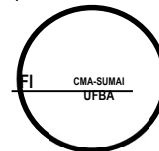
13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.



13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

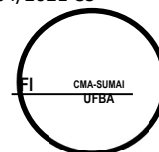
13.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.13.1. Condução da empresa até o local onde serão desenvolvidos os serviços;

13.13.2. Acompanhamento dos serviços e medições;

13.13.3. Atestar prestação do serviço.

13.14. nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.



13.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme previsto no **Anexo V** do Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

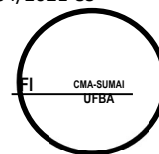
- 14.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 14.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 14.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:



15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

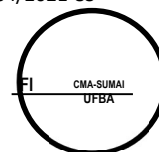
15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

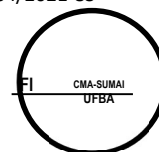
15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.



16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

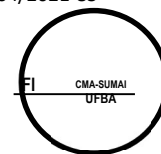
- 16.5.1. o prazo de validade;
- 16.5.2. a data da emissão;
- 16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 16.5.5. o valor a pagar; e
- 16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

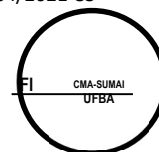
16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

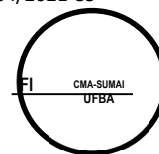
17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

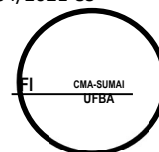
17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

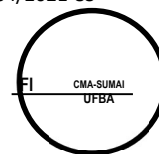
- 18.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 18.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 18.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 18.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 18.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 18.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 18.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 18.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



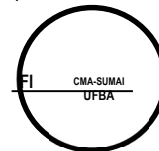
- 18.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (dias) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.10. Será considerada extinta a garantia:
- 18.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 18.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 18.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 18.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



- 19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 19.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

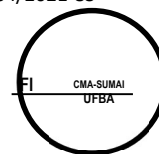
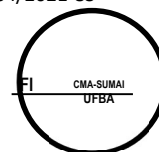


Tabela 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03



10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

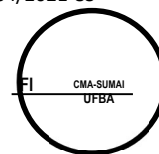
19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

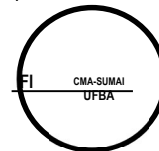
19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



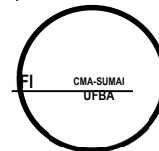
- 19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.3.1. Ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 e legislação e normatização correlata (citar também a legislação estadual e municipal pertinente)."
- 20.3.2. Licença ambiental que autoriza a empresa a prestar os serviços, objeto desse Termo de Referência, expedido pelo órgão ambiental competente municipal, estadual ou federal.



- 20.3.2.1. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.
- 20.3.3. Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 (citar também a legislação estadual e municipal pertinente, quando houver essa exigência instituída em âmbito regional ou local).
- 20.3.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009;
- 20.3.4.1. Em princípio, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional.
- 20.3.5. O alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura de Salvador ou da cidade onde está localizada a empresa.
- 20.3.6. Certificado de vistoria emitido pelo corpo de bombeiros de Salvador ou da cidade onde funciona a empresa.
- 20.3.7. Apresentação de declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação em anexo.



20.3.8. Termo de Responsabilidade nos termos do **Anexo III**, declarando que será dado destino adequado a todos os resíduos provenientes do processo de controle de vetores e pragas urbanas, retirar as embalagens dos produtos desinfetantes utilizados e descartá-los de acordo com a legislação vigente;

20.3.8.1. No caso de o destino dos resíduos gerados ser um aterro sanitário, apresentar:

20.3.8.1.1. Licença Ambiental de operação do aterro sanitário;

20.3.8.1.2. O certificado de autorização, emitido pela prefeitura municipal da cidade onde se encontrar o aterro, autorizando a empresa a descartar os resíduos nesse local.

20.3.8.1.3. Documento de autorização do órgão ambiental competente autorizando a empresa a utilizar o aterro como destino dos resíduos gerados após o processo de descontaminação e reciclagem.

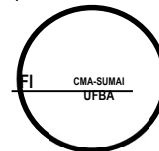
20.3.9. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos nos Conselho de Classes da Bahia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

20.3.10. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

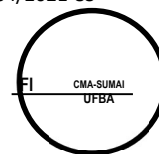
20.3.10.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

20.3.10.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

20.3.10.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.



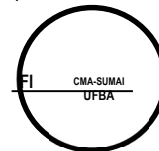
- 20.3.10.1.3. Com relação à compatibilidade de quantitativos, serão aceitos atestados que demonstrem a prestação de serviços equivalentes ao objeto contratado em, no mínimo 50.000,00 m² (cinquenta mil metros quadrados).
- 20.3.10.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.3.10.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.3.10.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 20.3.11. Todos os documentos deverão estar respectivamente dentro do prazo de validade.
- 20.3.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 20.3.13. **Como condição para a aceitação da proposta,** o licitante vencedor deverá apresentar uma RELAÇÃO DOS PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.



20.3.13.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro na ANVISA dos produtos saneantes domissanitários/desinfestantes que se fazem necessários, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.

20.3.13.2. Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.

20.3.13.3. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.



20.3.13.4. Não se está exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal/APP-Ibama do licitante, mas sim do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF/APP-Ibama e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não-aceitação, caso o Pregoeiro não logre êxito em obtê-lo.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global e Valores unitários ofertados não poderão ser superiores ao do órgão, conforme planilha de composição de preços do Termo de Referência.

20.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo de **R\$ 549.774,75 (Quinhentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**:

21.2. Para estimativa do preço foi adotado o critério do preço por metro quadrado (m²). Esse critério foi adotado no contrato anterior e apresentou resultados satisfatórios.

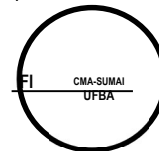
21.3. Para a definição dos preços estimados foram feitas cotações através de pesquisa de preços em bancos de preços do Governo Federal, a partir de licitações anteriores semelhantes de outros órgãos públicos, seguindo critérios da IN SEGES/ME n. 73, de 5 de agosto de 2020.

21.4. Os preços obtidos foram alocados em planilha eletrônica, optando-se pela utilização da média de três preços para obtenção do valor de referência para cada item.

21.5. No processo de cotação, não foram encontrados preços inexequíveis ou excessivamente elevados, resultando numa média que condiz com os valores de mercado para o referido serviço.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



22. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Salvador, 30 de novembro de 2021.

Elaboração:

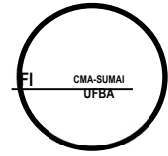
Cíntia Brito de Souza Galheigo
Bióloga/CRBIO: 92.042/05-D
Matrícula SIAPE: 1990275

Aprovação:

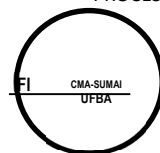
Prof. José Antônio Lobo dos Santos
Coordenador de Meio Ambiente
Matrícula SIAPE: 1741736



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



ANEXOS



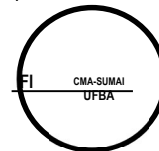
**ANEXO I DO TERMO REFERÊNCIA
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANOS (DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO) NOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UND	CATSERV	SIPAC	QUANT. (M²)	EMP 1 VALOR (R\$)	EMP 2 VALOR (R\$)	EMP 3 VALOR (R\$)	MÉDIA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	DESINSETIZAÇÃO - Áreas internas e externas	Desinsetização das áreas internas e externas (de acordo com a necessidade): com gel (Sulfruramiada 1%) para controle das formigas e com gel (Hidrametilnona 2%) para controle das baratas; polvilhamento de Pó P.S. (Deltametrina) e pulverização de Líquido (Diclorvós e Cipermetrina): para controle dos insetos rasteiros e com FUMAÇÊ / FOG (Deltametrina diluído em óleo mineral), utilizando-se a técnica do atomizador UBV: para controle dos insetos rasteiros e voadores.	m²	3417	39780000000 16	523.595,0 0	0,29	0,40	0,35	0,35	183.258,25
1.2	DESRATIZAÇÃO - Áreas internas e externas	Desratização com iscas de blocos parafinados (<i>Difetialona</i>) e/ou <i>pelletes</i> , armazenados em armadilhas do tipo P.E.P. e/ou espículas de jardim para áreas internas e externas e desratização com pó de contato (Cumatetralil) para áreas externas.	m²	3417	39780000000 16	523.595,0 0	0,29	0,40	0,35	0,35	183.258,25
1.3	DESCUPINIZAÇÃO - Áreas internas e externas	Descupinização com inseticida (<i>Fipronil</i>) para as áreas externas e com inseticida (Imidacloprido) para as áreas internas.	m²	3417	39780000000 16	523.595,0 0	0,29	0,40	0,35	0,35	183.258,25
VALOR TOTAL GERAL (R\$)									549.774,75		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E GRAU DE DIFICULDADE
DO OBJETO A SER CONTRATO

Ref. Pregão Eletrônico - nº 65/2021

.....(empresa), inscrita no CNPJ nº., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº., declara em atendimento ao disposto no edital do Pregão nº que é detentora de todas as informações relativas à execução dos trabalhos objeto da citada licitação e que não alegará posteriormente o desconhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações contratuais.

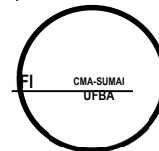
Local e data

Assinatura e carimbo
(do representante legal)

Atenção: emitir em papel que identifique a licitante ou com logomarca.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



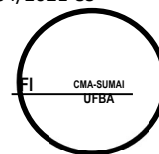
ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ref. Pregão Eletrônico - nº 65/2021.

Declaro que será dado destino adequado a todos os resíduos provenientes do processo de controle de vetores e pragas urbanas. As embalagens dos produtos desinfetantes utilizados serão descartadas de acordo com a legislação vigente.

Salvador xxx de xx de 20xxx

Assinatura do representante da empresa



**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA -
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

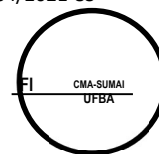
À Universidade Federal da Bahia

Assunto: **PROPOSTA COMERCIAL**

Pregão Eletrônico nº 65/2021

Proposta que faz a empresa xxx inscrita no CNPJ sob o nº..... e inscrição estadual nº, estabelecido (a) na cidade de, Estado de, na Av. ou R. (ENDEREÇO COMPLETO INCLUINDO CEP), para prestação de serviços de descarte e descontaminação de lâmpadas de acordo com o edital e o Projeto Básico/Termo de Referência, nas quantidades e valores indicados na tabela abaixo, com todos os custos inclusos (transporte, impostos, taxas, vasilhames indevassáveis próprios, descarte, descontaminação, etc).

SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANOS (DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO) NOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA POR UM PERÍODO DE 12 MESES.						
ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. (M²)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	DESINSETIZAÇÃO - Áreas internas e externas	Desinsetização das áreas internas e externas (de acordo com a necessidade): com gel (Sulfruramiada 1%) para controle das formigas e com gel (Hidrametilnona 2%) para controle das baratas; polvilhamento de Pó P.S. (Deltametrina) e pulverização de Líquido (Diclorvós e Cipermetrina): para controle dos insetos rasteiros.	m²	523.595,00		
1.2	DESRATIZAÇÃO	Desratização com iscas de blocos parafinados (<i>Difetialona</i>) e/ou <i>pelletes</i> , armazenados em armadilhas do tipo P.E.P. e/ou espículas de jardim para áreas internas e externas e desratização com pó de contato (Cumatetralil) para áreas externas.	m²	523.595,00		
1.3	DESCUPINIZAÇÃO	Descupinização com inseticida (<i>Fipronil</i>) para as áreas externas e com inseticida (Imidacloprido) para as áreas internas.	m²	523.595,00		
VALOR TOTAL GERAL (R\$)						



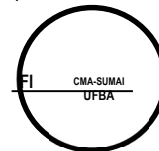
**ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)
(Avaliação da qualidade dos serviços)**

Ref. Pregão Eletrônico- nº 65/2021

Indicador	
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão
Meta a cumprir	05 dias úteis
Instrumento de medição	Verificação dos Serviços executados/Serviços requisitados
Forma de acompanhamento	Fiscalização local e técnica
Periodicidade	Sempre que demandado pela universidade, atendidos os quantitativos mínimos estabelecidos nesse termo de referência.
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. N° de dias úteis para atendimento/ 5 dias úteis = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 – 100% do valor da OS De 1 a 1,5 – 90% do valor da OS De 1,5 a 2 – 80% do valor da OS
Sanções	X acima de 2 – multa de 5% sobre o valor total da fatura
Indicador	
Nº 02 Qualidade dos serviços executados	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento dos critérios técnicos determinados nesse termo de referência, atendendo às normas de segurança e qualidade exigidas.
Meta a cumprir	100% dos serviços adequados de acordo com o estabelecido nesse termo de referência.
Instrumento de medição	Acompanhamento dos serviços pelas unidades e eficácia dos produtos utilizados,.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento direto pela fiscalização local e indireto pelo fiscal técnico geral
Periodicidade	Trimestral para desinsetização Semestral para descupinização
Mecanismo de Cálculo	N° de serviços atendidos com qualidade mínima exigida/N° de serviços totais = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X acima de 0,9 – 100% do valor da OS De 0,8 a 0,9 – 90% do valor da OS De 0,7 a 0,8 – 80% do valor da OS
Sanções	Abaixo de 64% dos serviços – multa de 5% sobre o valor total da fatura
Indicador	
Nº 03 Utilização materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço	
Item	Descrição
Finalidade	Utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço com qualidade e quantidade demandada.
Meta a cumprir	Atendimento de no mínimo 90% dos serviços com utilização de materiais e recursos humanos exigidos.
Instrumento de medição	Acompanhamento dos serviços pela Unidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



Forma de acompanhamento	Verificação “in loco”.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Nº de serviços atendidos com a utilização de materiais e recursos humanos exigidos ou com a apresentação das devidas justificativas/Nº de serviços totais = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X acima de 0,9 – 100% do valor da OS De 0,8 a 0,9 – 90% do valor da OS De 0,7 a 0,8 – 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS sem a utilização de materiais e recursos humanos exigidos e sem apresentação das devidas justificativas – multa de 1% valor da fatura 30% das OS sem a utilização de materiais e recursos humanos exigidos e sem apresentação das devidas justificativas – multa de 1% + rescisão contratual
Observações	Em caso de impossibilidade de utilização de materiais e recursos humanos exigidos, a Contratada deverá apresentar as devidas justificativas à equipe de Fiscalização Técnica e Administrativa.